



**PROJETO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO  
PÚBLICO**

Aprovado pelo Conselho Universitário da UERR, com o Parecer nº. 022/2017 e Resolução nº. 025/2017 de 06 de junho de 2017, publicada no DOE nº. 3017 em 06.06.17.

Boa Vista - Roraima  
Junho/2017

## **1. ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA**

### **1.1 - Reitoria e Vice-Reitoria**

Profª Msc. Regys Odlare Lima de Freitas

Profª Msc Elemar Kleber Favreto

### **1.2 - Pró-Reitorias**

Pró-Reitor de Ensino - Prof. Esp. Sergio Mateus

Pró-Reitor de Pesquisa – Prof. Dr. Carlos Alberto Borges da Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Administração – Prof.º Msc. Mariano Terço de Melo

Pró-Reitor de Extensão – Prof. Msc. André Faria Russo

Pró-Reitora de Desenvolvimento Social – Profª. Drª Ênia Maria Ferst

### **1.3 Coordenador do Curso de Direito**

Prof. Dr. Emanuel Maciel da Silva Ramiro

### **1.4 Coordenadora do Projeto de Especialização**

Profa. Msc. Ana Paula Joaquim Macêdo

## **2. Nome do Curso e Área do Conhecimento**

Direito Público

Área: Direito

Forma de oferta: Presencial

## **3. Corpo Docente do Programa**

Prof. Esp. Alberto Correia Oliveira Filho

Profa. Msc. Ana Paula Joaquim Macêdo

Profa. Msc. Ellen Eurídice Cardoso

Prof. Dr. Emanuel Maciel da Silva Ramiro

Prof. Msc. Francisco Robson Bessa Queiroz

Prof. Esp. Marcello Renault Menezes

Profa. Msc. Pierre Santos Castro

Prof. Msc. Régys Odlare de Freitas

Prof. Dr. Renildo do Carmo Teixeira

Prof. Esp. Sérgio Mateus

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>4</b>
<b>2.</b>	<b>ESTRUTURA DO CURSO .....</b>	<b>5</b>
<b>3.</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>5</b>
3.1	Geral .....	5
3.2	Específicos .....	6
<b>4.</b>	<b>DETALHAMENTO DO PERÍODO E PERIODICIDADE .....</b>	<b>6</b>
<b>5.</b>	<b>CARGA HORÁRIA .....</b>	<b>6</b>
<b>6.</b>	<b>PÚBLICO ALVO .....</b>	<b>7</b>
<b>7.</b>	<b>QUANTIDADE DE VAGAS E CUSTEIO.....</b>	<b>7</b>
<b>8.</b>	<b>METODOLOGIA DE ENSINO.....</b>	<b>7</b>
<b>9.</b>	<b>REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>10.</b>	<b>PROCESSO DE SELEÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>11.</b>	<b>DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA .....</b>	<b>9</b>
<b>12.</b>	<b>SISTEMA DE AVALIAÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>13.</b>	<b>CONTROLE DE FREQUÊNCIA .....</b>	<b>9</b>
<b>14.</b>	<b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....</b>	<b>10</b>
<b>15.</b>	<b>CERTIFICAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>16.</b>	<b>PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....</b>	<b>11</b>
<b>17.</b>	<b>DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA DO CURSO .....</b>	<b>11</b>
<b>18.</b>	<b>DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS .....</b>	<b>12</b>
<b>19.</b>	<b>SEMINÁRIO CIENTÍFICO.....</b>	<b>17</b>
<b>20.</b>	<b>TECNOLOGIA.....</b>	<b>17</b>
<b>21.</b>	<b>INFRA-ESTRUTURA FÍSICA .....</b>	<b>17</b>
<b>22.</b>	<b>INDICADORES DE DESEMPENHO .....</b>	<b>18</b>
<b>23.</b>	<b>RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO .....</b>	<b>18</b>
<b>24.</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>18</b>

## 1. JUSTIFICATIVA

O curso de especialização em Direito Público surge a partir do disposto no Artigo 44, inciso III, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional - LDB (Lei N.º 9.394/96), de acordo com o qual a educação superior “abrangerá os cursos e programas de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado (*Stricto Sensu*), os cursos de especialização (*Lato Sensu*), aperfeiçoamento (...) abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino”.

Em consonância com a LDB, o curso de direito da Universidade Estadual de Roraima oferta o curso de Especialização em direito público para atender a uma demanda composta por operadores do direito, conforme o que preconiza o projeto pedagógico do nosso curso de direito da UERR.

A ausência de um curso de direito público presencial no Estado fez com que a Universidade Estadual de Roraima promovesse essa especialização com a oferta de disciplinas fundamentais aos interesses de profissionais que atuam em contexto econômico-regional dominado pelo Poder Público.

Com efeito, a formação docente, consolidada na graduação, deve ser complementada por meio de cursos de Pós-Graduação em virtude das constantes transformações e necessidades de avanços e melhorias. As necessidades de qualificação profissional nas diversas instâncias do conhecimento também justificam a criação desta especialização. Neste sentido, a Universidade Estadual de Roraima como instituição formadora e qualificadora de profissionais objetiva reforçar o conhecimento da comunidade jurídica do Estado.

Diante de tais desafios é que o curso de especialização tem como meta a identificação e discussão de problemas teóricos e práticos com foco no aprimoramento dos profissionais do direito, de modo a incentivá-los à atuação científica e à adequada atuação profissional na área de direito público.

Por conseguinte, deseja-se oferecer aos interessados a possibilidade de atualização de sua formação acadêmica com o aprofundamento de conhecimentos profissionais diante das diferentes possibilidades de abordagens do fenômeno jurídico na seara pública.

Deste modo, o curso visa colaborar para a melhoria do desenvolvimento prático da atividade jurídica em Roraima, mediante o aprofundamento do conhecimento na área de Direito Público, aliando o conhecimento teórico-reflexivo à atuação profissional dos operadores do direito.

## 2. ESTRUTURA DO CURSO

O CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”, ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO dividirá-se em 06 disciplinas teóricas e práticas obrigatórias (60 horas), 1 (uma) de elaboração de artigos científicos na área de direito público (15 horas) e um evento com carga horária de 15 (quinze) horas, totalizando uma carga horária de 390h.

Como trabalho final de conclusão do CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”, ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO o aluno deverá elaborar um artigo científico, devidamente orientado por um docente do referido curso e ainda deverá ser direcionado a evento científico, preferencialmente promovido pelo curso de direito da Universidade Estadual de Roraima. Como requisito para obtenção do título será obrigatória a apresentação de trabalho desenvolvido no curso de especialização e deverá constar a referência à instituição, ao curso e ao orientador.

Em caso de artigo que configure coleta de dados ou participação eventual e comprovada em projetos de docentes envolvidos no curso, o artigo deverá futuramente ser submetido em coautoria com o orientador. A comprovação será feita mediante cadastro do aluno como voluntário nos projetos e grupos de pesquisa ou extensão na Pró-Reitoria de Pesquisa ou Pró-Reitoria de Ensino pelo orientador via coordenação de curso.

## 3. OBJETIVOS

### 3.1 Geral

O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Especialização em DIREITO PÚBLICO tem como objetivo capacitar profissionais formados em direito, bem como oferecer à comunidade embasamento capaz de permitir uma maior familiarização com as novas tendências do direito e uma postura crítica em relação aos enfoques teóricos na área de direito público. Deste modo, almeja-se formar profissionais com excelente base técnica e sólidos conhecimentos jurídicos, comprometidos com a ética profissional.

### 3.2 Específicos

Através do curso de especialização em direito público, a UERR almeja:

- a) Capacitar profissionais e operadores do direito para a carreira docente na área de Direito Público;
- b) Preparar profissionais do direito para atuação no serviço público;
- c) Incentivar a pesquisa científica através da publicação de artigos na área jurídica.
- d) Estimular boas práticas e o senso crítico do profissional do direito.

## 4. DETALHAMENTO DO PERÍODO E PERIODICIDADE

O curso terá duração de 18 meses, com início em agosto de 2017 e término em fevereiro de 2019. O curso inclui a elaboração de projetos de pesquisa, projetos didáticos e produção de artigo científico conforme o planejamento de cada disciplina, e seminário científico.

Durante a vigência do curso de especialização, as disciplinas propostas buscarão incentivar a produção de artigos e promover reflexão e debates acerca de práticas cotidianas de sala de aula. Somando-se a isso, o curso se propõe a viabilizar aos alunos a iniciação à pesquisa, habilitando-os para uma observação mais atenta dos fenômenos jurídicos que ocorrem no processo de ensino/aprendizagem, facilitando-lhes o ingresso em um curso de Pós-graduação *Stricto Sensu*.

## 5. CARGA HORÁRIA

Carga horária total em sala de aula: 360h.

Carga horária prática (orientações, trabalho de conclusão de curso, seminário científico): 30h.

Total geral: 390 horas/aulas.

## 6. PÚBLICO ALVO

Profissionais do direito.

## 7. QUANTIDADE DE VAGAS E CUSTEIO

Serão abertas 40 vagas por turma.

Considerando que a especialização está no âmbito da formação profissional em nível de pós-graduação, em consonância com a decisão plenária proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 597854, o curso poderá ser oneroso.

## 8. METODOLOGIA DE ENSINO

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em direito público está organizado em disciplinas obrigatórias direcionadas ao aprofundamento crítico e teórico sobre ensino de direito, com ênfase nas disciplinas de direito público incluindo ensino e pesquisa, conforme a necessidade de conteúdos e atualizações explícitos nas ementas disponíveis.

Ao final do curso realizar-se-á um seminário científico, no qual contemplará horas de estudo e pesquisa de cada disciplina envolvendo as orientações de trabalhos exigidos pelo docente responsável de acordo com sua área de atuação.

Cada disciplina será organizada de modo a incentivar o futuro especialista a debater, em eventos promovidos pelo curso de direito, questões em torno não somente de aspectos ligados ao direito de forma geral, mas também a questões específicas que envolvam as diversas áreas do direito público.

Preferencialmente, cada professor deverá apresentar em suas aulas as linhas de pesquisa e atuação, bem como os projetos que desenvolvem na instituição ou nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* a fim de direcionar cada trabalho final (artigo científico) ao seu campo de investigação.

A carga horária do professor será complementada com orientação dos artigos, bem como a produção de artigo ou ensaio voltada para a disciplina que ministrar, a fim de formalizar um material didático e científico para as próximas turmas, possivelmente a ser

publicado na revista da universidade, ou em outros periódicos eletrônicos ou impressos escolhidos pelo professor.

## 9. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Para ingressar no Curso de **Especialização em direito público**, o candidato deverá cumprir com as deliberações expressas no edital específico da seleção, bem como realizar a entrega de:

a) **Currículo** conforme o modelo **Lattes (Plataforma do CNPq)**;

b) Cópia autenticada do **diploma de conclusão de Curso de Graduação em Direito** ou certidão emitida por IES de que o candidato é aluno concludente do curso de direito.

c) **Histórico Acadêmico** devidamente autorizado/reconhecido pelo MEC ou, no caso de Diploma estrangeiro, pelo órgão competente no Brasil;

d) E demais documentos exigidos no Edital de Seleção.

As vagas ofertadas serão distribuídas de acordo com o estabelecido no Edital de abertura, respeitando rigorosamente à ordem de classificação. Somente haverá segunda chamada caso haja desistência de vaga nas duas primeiras semanas do início das aulas. Neste caso, os candidatos serão convocados conforme a ordem de classificação.

## 10. PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção será realizado em consonância com o edital específico da seleção e compreenderá as etapas, a saber:

**Etapas 1 Eliminatória: Entrevista** junto a Banca Examinadora, conforme previsto no Edital de Seleção. Valor: 70 pontos.

**Etapas 2 Classificatória: Análise do Currículo** (Lattes) comprovado por meio de cópias impressas. Não haverá necessidade de autenticação dos documentos comprobatórios em cartório, desde que apresentados os originais. Valor: até 30 pontos, conforme tabela contida no edital.

Para ser **Classificado**, o candidato deverá ter, no mínimo, **70 (setenta) pontos** após a avaliação das etapas acima. Os candidatos classificados acima do número de vagas,

ainda que com média 70 (setenta) permanecerão na lista de espera em caso de aberturas de novas turmas entre os anos 2017 e 2018.

## 11. DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA

- Formulário de matrícula preenchido;
- 1 foto 3x4 – recente;
- Cópia do Diploma do Curso de Graduação em Direito, ou certidão emitida por IES de que o candidato é aluno concludente do curso de direito;
- Histórico Acadêmico;
- Cópia do comprovante de residência (conta de luz ou de água);
- Cópias da carteira de identidade (frente e verso) e do CPF;
- Assinatura do **Termo de Compromisso** de realização do curso.

## 12. SISTEMA DE AVALIAÇÃO

O docente responsável pela disciplina terá autonomia para realizar e exigir as avaliações conforme seu plano de ensino e linhas de atuação. Assim, as avaliações poderão ser realizadas através de:

- Trabalhos individuais (reflexões, produção de textos conforme a tipologia e/ ou gênero exigido por cada professor e área);
- Trabalhos em grupo (pesquisas, debates e seminários, a critério de cada professor);
- Artigo Final a ser defendido e avaliado pela Banca Examinadora.

## 13. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

**Será aprovado** em cada disciplina o aluno que obtiver média **igual ou superior a 70 (setenta) pontos em todas as disciplinas** e a frequência maior ou igual a 75% do total de aulas de cada disciplina.

#### 14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O trabalho de conclusão de curso de **Especialização em direito público** será um artigo na disciplina **Elaboração de artigo científico**, com carga horária estipulada em 15 (quinze) horas, sob orientação de um professor do corpo docente do Programa de **PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”, ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO**.

Deverá comparecer aos encontros de orientação tendo em vista também o percentual de 75% de frequência para aprovação. Os temas a serem desenvolvidos deverão ser articulados durante o curso e de acordo com as propostas de ementas e projetos de pesquisa.

Para a defesa, o aluno deverá assinar um termo de compromisso com o orientador assumindo (em declaração) autoria do artigo científico e se responsabilizar por eventuais plágios conforme a Lei de Direitos Autorais. Ao final do Curso o aluno deverá apresentar o artigo no seminário científico.

O acadêmico terá 18 (dezoito) meses, a contar do início do curso de Pós-Graduação, para elaborar e protocolar a entrega do Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico). Ressalta-se que tal trabalho deverá ser elaborado dentro das normas vigentes da ABNT e será sempre de caráter individual. Em caso de reprovação, ou seja, de aproveitamento inferior a 70 (setenta) pontos, será o trabalho devolvido ao aluno no prazo de 10 (dez) dias, para que seja reformulado ou refeito, e, dentro de 30 (trinta) dias, entregue para ser novamente avaliado. Caso seja novamente reprovado, o aluno será considerado reprovado no quesito Trabalho de Conclusão de Curso.

#### 15. CERTIFICAÇÃO

Para obtenção do Certificado de Especialista no **Curso de PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”, ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PÚBLICO** o aluno deverá atender cumulativamente:

- Apresentar o certificado de conclusão da Graduação em Direito, caso tenha se matriculado cursando o último semestre;
- Cursar todas as disciplinas do curso na Universidade Estadual de Roraima;

- Obter NOTA igual ou superior a 70 (setenta) pontos em cada uma das disciplinas ministradas;
- Obter frequência maior ou igual a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada uma das disciplinas cursadas;
- Ter seu Artigo Final aprovado pela banca examinadora sendo a **ata de defesa** assinada por todos os membros;
- Obrigatoriamente deverá apresentar o artigo no seminário de pesquisa. Será dispensado de apresentar o artigo no seminário somente se houver publicado ou ter o artigo aceito para publicação em periódicos com ISSN com Qualis, no mínimo B5.

## 16. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O especialista **em DIREITO PÚBLICO** estará apto a:

- Atuar nas diversas áreas do direito público demonstrando capacidade para gerenciar ações, projetos e tomar decisões englobando os interesses públicos.
- Ampliar a compreensão do fenômeno jurídico no que se refere aos novos avanços mediáticos, históricos, político-sociais e formular reflexões a partir de projetos inovadores no âmbito do tripé: ensino, pesquisa e extensão.

## 17. DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA DO CURSO

As disciplinas terão 60 horas. Todos os professores envolvidos no programa deverão orientar os alunos no trabalho de conclusão do curso.

<b>Ord.</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Carga horária</b>
1	<b>DIREITO CONSTITUCIONAL</b> Profª. Msc. Ana Paula Joaquim Macedo e Prof. Dr. Emanuel Maciel da Silva Ramiro	60h
2	<b>DIREITO TRIBUTÁRIO</b>	60h

	Profª. Msc. Ellen Cardoso	
3	<b>DIREITO PENAL</b>	60h
	Prof. Msc. Regys Odlare Lima de Freitas	
4	<b>DIREITO PROCESSUAL PENAL</b>	60h
	Prof. Dr. Renildo do Carmo Teixeira e Prof. Esp. Alberto Filho	
5	<b>METODOLOGIA CIENTÍFICA E DO ENSINO JURÍDICO</b>	60h
	Profª. Msc. Pierre Castro e Prof. Esp. Sérgio Mateus	
6	<b>DIREITO ADMINISTRATIVO</b>	60h
	Prof. Msc. Francisco Robson Bessa Queiroz e Prof. Esp Marcelo Renault Menezes e	
7	<b>ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO</b>	15h
	Todos os docentes do Programa.	
8	<b>SEMINÁRIO CIENTÍFICO PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS</b>	15h
	Todos os docentes do Programa	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL</b>		390 horas

## 18. DISCIPLINAS, CARGA HORÁRIA, EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

### 1 –DIREITO CONSTITUCIONAL

**Carga Horária:** 60 horas

**EMENTA :** Constitucionalismo. Teorias da Constituição. Filosofia Constitucional e Teoria Constitucional. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. Conteúdo Essencial, Restrições e Eficácia dos Direitos Fundamentais. Princípio da supremacia da Constituição e outros princípios constitucionais. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos do Poder Público. Controles difuso e concentrado de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos omissivos e comissivos do Poder Público. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de Constitucionalidade Estadual.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ALEXY, Robert. Teoria dos Direitos Fundamentais. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2012
- BARROSO, Luís Roberto. O Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. Saraiva 2004. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- DIMOULIS, Dimitri. MARTINS, Leonardo. Teoria Geral do Direitos Fundamentais. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- DWORKIN, Ronald. Levando os Direitos a Sério. Tradução Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MOTTA Sylvio, e DOUGLAS, William. Direito Constitucional. 13. ed. Impetus, 2004.
- SILVA, Virgílio Afonso da. Direitos Fundamentais. Conteúdo Essencial, Restrições e Eficácia. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

## **2 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

**Carga horária:** 60h

**EMENTA:** Estado e Políticas Públicas. Ética e moralidade na Administração Pública. Licitação e Contratos Administrativos em espécie. Responsabilidade Civil do Estado e improbidade administrativa. Processo administrativo: conceito, requisitos, princípios, classificação, espécies e fases.

## **BIBLIOGRAFIA**

- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 20. ed. São Paulo:Malheiros, 2006. PIETRO, Sylvia Zanella de. Direito Administrativo. 18. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2005.
- SOUZA, Flávio Roberto de. Direito Administrativo na Doutrina e na Jurisprudência. Espaço Jurídico, 2004.
- MOTTA, Fernandes C. Prestes. Teoria Geral de Administração: Uma Introdução. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 1979.

## **3 – DIREITO TRIBUTÁRIO**

**Carga horária:** 60h

**EMENTA:** Sistema Constitucional Tributário. Normas Gerais de Direito Tributário. Conceito de Tributo e Espécies Tributárias. Sujeição Ativa e Passiva. Responsabilidade Tributária. Obrigação, Crédito e Lançamentos Tributários. Extinção, Suspensão e Exclusão do Crédito Tributário. Direito Processual Tributário. Processo Administrativo Tributário e Processo Judicial Tributário. Direito Penal Tributário.

#### **BIBLIOGRAFIA**

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 14 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1998. ATALIBA, Geraldo. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. São Paulo: RT. 1968.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 16. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988 – Sistema Tributário. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualizado por Misabel de Abreu Machado Derzi. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

----- Limitações ao Poder de Tributar. Atualizado por Mizabel Abreu Machado Derzi. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

#### **4 – DIREITO PENAL**

**Carga horária:** 60h

**EMENTA:** Fundamentos Gerais do Direito Penal. Escolas Penais. Lei Penal e Estado de Direito. Sentido, método e Estrutura da Teoria Geral do Delito. Conduta Humana. Tipo Penal de Injusto. A exclusão de antijuridicidade. Culpabilidade. Formas especiais da manifestação da ação punível. Autoria e Participação. Imputação Objetiva. Temas especiais de Direito Penal.

#### **BIBLIOGRAFIA**

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de Direito Penal. Parte Geral. 17. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2001. JESUS, Damásio E. de. Direito Penal. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DELMANTO, Celso. Código Penal Comentado. 5. ed. Saraiva, 1984. FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. 32. ed. Rio de Janeiro: Vozes, [200\_?].

BITTENCOURT, Cezar Roberto. Falência da Pena de Prisão: Causas e Alternativas. 1983

CERNICCHIARO, Luiz Vicente. *Estrutura do Direito Penal*. 2. ed. José Bushatsky Editor, 1973.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Atualizado por Heleno Fragoso. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

LYRA, Roberto. *Comentários ao Código Penal*. Forense, 1958, v. 3.

PIERANGELLI, José Henrique. *Códigos Penais do Brasil: Evolução Histórica*. Atualizado por Eugênio Raúl Zafaroni. São Paulo: Jolovi, 1980.

## **5 – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Carga horária:** 60h

**EMENTA:** O processo penal ao longo da história da humanidade. Processo Penal no Estado Democrático de Direito. Princípios processuais penais constitucionais: conceito, amplitude e graduação. Humanização do processo penal e controle jurisdicional de convencionalidade. Prisão e liberdade provisória na audiência de custódia: sob a ótica dos atos normativos internacionais, do direito brasileiro e suas questões polêmicas.

### **BIBLIOGRAFIA**

ANDRADE, Mauro Fonseca, ALFLEN, Pablo Rodrigo. *Audiência de Custódia no Processo Penal Brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2016.

BECCARIA, Cesare. *Dos Delitos e das Penas*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

GIACOMOLLI, Nereu José. *O Devido Processo Penal: abordagem conforme a Constituição Federal e o Pacto de São José da Costa Rica*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LOMBROSO, Cesare. *O Homem Delinquente*. Tradução Sebastião José Roque. São Paulo: Ícone, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Manual de Processo Penal e Execução Penal*. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

OLIVEIRA, Gisele Souza de, BRASIL JUNIOR, Samuel Meira, SOUZA, Sérgio Ricardo de et al. *Audiência de Custódia: Dignidade Humana, controle de convencionalidade, prisão cautelar e outras alternativas (Lei. 12.403/2011)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

POLASTRI, Marcellus. *Da Prisão e da Liberdade Provisória (e as medidas cautelares alternativas da prisão)*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

## 6 – METODOLOGIA DO TRABALHO E PESQUISA CIENTÍFICA E DO ENSINO SUPERIOR

**Carga horária:** 60h.

**EMENTA:** Trabalho Científico. Ciência. Método e técnica. Ciência pura e aplicada. Tipos de explicação científica. Bases do raciocínio científico, teoria, hipótese, dedução, indução, análise e síntese. Pesquisa científica. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa e seu significado. Problemas de pesquisa e sua formulação. Fases da pesquisa. Redação de textos científicos. Normatização de textos técnico-científicos. Ensino Superior. Reflexão sobre o processo educacional no Ensino Superior e sua importância no contexto social, considerando o significado e o valor da metodologia no fazer docente. Visão histórica e pressupostos epistêmicos-metodológicos da didática. O trabalho humano e as relações sociais da educação: as bases sociais e epistemológicas da formação e profissionalização.

### BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro, 2002.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas; GIANNASI, Maria Júlia. Metodologia da problematização aplicada em curso de educação continuada e a distância. Londrina: UEL, 1999.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. Estratégias de ensino aprendizagem. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

GALLIANO, A. Guilherme. O Método Científico: Teoria e Prática. São Paulo: HABRA Ltda - 1986.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 5. ed. São Paulo: Atlas 1999.

IBAIXE, Carmensita de Souza Bueno; SOLANOWSKI, Marl; IBAIXE JUNIOR, João. Preparando aulas. Manual prático para professores. Passos para formação do educador. São Paulo: Madras, 2006.

LOWMAN, Joseph. Dominando as técnicas de ensino. Tradução de Harue Ohara Avritscher. São Paulo: Atlas, 2004.

## 7 – ELABORAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

**Carga horária:** 15 horas práticas

**EMENTA:** Temas de direito público.

## **BIBLIOGRAFIA**

Bibliografia sugerida para todas as disciplinas da especialização em direito público.

## **19. SEMINÁRIO CIENTÍFICO**

O seminário científico terá caráter de divulgação das pesquisas envolvendo docentes do curso de direito e a comunidade acadêmica. Todos os professores envolvidos no programa deverão participar, bem como orientar os grupos de trabalhos para apresentação de comunicação oral ou pôster. O professor orientador será responsável para selecionar dentre o seu grupo de orientandos, o melhor artigo para formar um número de periódico, possivelmente da instituição. Além disso, o professor de cada disciplina deverá escrever um artigo ou ensaio (de autoria ou em coautoria), a fim de preparar um material científico que servirá de apoio para as próximas turmas. Quanto ao meio de publicação, o professor terá livre arbítrio para escolher. Caso o docente tenha projeto cadastrado e tenha correlação com a disciplina ministrada, o artigo poderá ser fruto desse projeto.

## **20. TECNOLOGIA**

O curso utilizará os recursos disponíveis na Universidade Estadual de Roraima (visuais, de multimídia e informática) como computadores da Biblioteca Virtual.

## **21. INFRA-ESTRUTURA FÍSICA**

Serão utilizadas as instalações da Universidade Estadual de Roraima sediada em Boa Vista tais como: salas de aula, biblioteca, salas de multimeios, auditório, além de espaço a ser destinado pela UERR para abrigar a coordenação do Curso de Especialização em Direito Público.

## 22. INDICADORES DE DESEMPENHO

Indicadores fixados para a avaliação global do programa de pós-graduação:

- Número de alunos a serem formados: 40;
- Produção científica: no mínimo um artigo por aluno;
- Média de desempenho dos alunos: 70 (setenta);
- Grau de aceitação dos egressos e outros: a ser avaliado posteriormente.

## 23. RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

O relatório deverá ser produzido ao longo do desenvolvimento do curso, conforme ações realizadas, desempenho dos alunos, procura/aceitação do curso e informação resultantes de avaliações periódicas das disciplinas e relatórios dos professores.

## 24. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Ordem	ESPECIFICAÇÕES	
1	Duração do curso	18 (dezoito) meses
2	Início do curso	agosto de 2017
3	Término	fevereiro de 2019
4	Carga horária total	390 h
5	Número de disciplinas	06 disciplinas presenciais de 60h
6	Elaboração e orientação de artigo científico divididos por área e linha de pesquisa.	1 Disciplina de orientação de artigo científico de 15 horas
7	Evento Científico na área de direito previsto para fevereiro de 2017.	15h
8	Número de vagas	40

<b>9</b>	Público-alvo	Profissionais de direito
<b>10</b>	Dias das atividades acadêmicas	2ª feira a sábado
<b>11</b>	Horário das aulas	Manhã, Tarde e Noite
<b>12</b>	Local das aulas	Universidade Estadual de Roraima-UERR- Campus de Boa Vista. Sala a definir.
<b>13</b>	Configuração das disciplinas	Presencial
<b>14</b>	Investimento para cursar a Pós-Graduação	Dezoito parcelas de duzentos e cinquenta reais, totalizando quatro mil e quinhentos reais.

Boa Vista, 08 de maio de 2017.

**Comissão de criação do projeto de especialização**

Prof. Dr. Emanuel Maciel da Silva Ramiro

Profa. Msc. Ana Paula Joaquim Macedo